

A PARTICIPAÇÃO ENQUANTO PRINCÍPIO EDUCATIVO: UMA EXPERIÊNCIA NO FUNDAMENTAL II COM A CONSOLIDAÇÃO DE UM CONSELHO DE REPRESENTANTES DE TURMA (CRT)¹

Nailôn Ferreira Silveira² - ESCOLA ECOLÓGICA MARCELINO CHAMPAGNAT
Aline Mendes Vasco³ - ESCOLA ECOLÓGICA MARCELINO CHAMPAGNAT
Viviane Ongaro⁴ - ESCOLA ECOLÓGICA MARCELINO CHAMPAGNAT
Raimunda Caldas Barbosa⁵ - ESCOLA ECOLÓGICA MARCELINO CHAMPAGNAT
Danyelle Vallin Stropa⁶ - ESCOLA ECOLÓGICA MARCELINO CHAMPAGNAT

Eixo Temático: Ensino Fundamental.

Resumo

Há muito tempo existe um debate na educação brasileira sobre os temas da gestão democrática e participação escolar. O Centro Social Marista Ecológica em Alm. Tamandaré – PR, tem em seu histórico a busca pela implementação real dessa participação escolar, de forma ampla e igualitária para todos os seguimentos. Para fortalecer esse processo foi desenvolvido o Conselho de Representantes de Turma – CRT, uma assembleia formada pelos educados representantes de turma, democraticamente eleitos, que teria a função de debater e trazer propostas para a gestão da unidade. Para analisar o funcionamento do CRT, buscamos utilizar teorias políticas contemporâneas, mais especificamente os conceitos de representação política e de poliarquia.

Palavras-chave: Participação. Representação Política. Gestão democrática participativa.

¹Escola Ecológica Marcelino Champagnat, Almirante Tamandaré, Paraná.

²Especialista em Sociologia Política (UFPR). Licenciado em Ciências Sociais – Sociologia (UFPR) e História (F. Espírita); E-mail: nailon.silveira@solmarista.org.br.

³Especialista em Informática na Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), licenciada em Sistemas de Informação pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: aline.m.vasco@gmail.com.

⁴Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Jornalista diplomada pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Pós-Graduada em Comunicação para o Terceiro Milênio pela Pontifícia Universidade Federal do Paraná (PUC-PR). E-mail: vongaro@solmarista.org.br.

⁵Especialista em Psicologia Conjugal e Familiar pela Faculdade Ruy Barbosa e Gestão e Desenvolvimento de Pessoas pela Faculdade Visconde de Cairu, Salvador - BA. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador UCSAL. Graduanda em Pedagogia pela UNIASSELVI. E-mail: rabarbosa@solmarista.org.br.

⁶Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica (UEM), Licenciada em Pedagogia pela UniCesumar. E-mail: danyelle.vallin@solmarista.org.br.

Introdução

Ao longo da história da Educação no Brasil muitos foram os movimentos de diálogos acerca da implementação de Projetos Políticos Pedagógicos na perspectiva de uma gestão democrática e participativa nas escolas. Tal premissa tem permeado nossa legislação educacional e atualmente ganha força no Plano Nacional de Educação, que dentre as 20 metas estabelece a necessidade de um trabalho que seja congruente a partir do olhar dos sujeitos que compõe a escola.

Quando o assunto é educação muitos debates são realizados com base em metodologias que consolidem uma gestão democrática e participativa no interior das escolas brasileiras.

A gestão democrática participativa é defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares visando a garantia de processos coletivos de participação e decisão.

Indicada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 - LDB, a gestão democrática participativa garante a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, assim como a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Nesse sentido, a gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais, ela evidencia mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada na maioria das escolas. Ela precisa estar para além dos padrões vigentes, precisa de fato ter a participação de todos os que compõem o contexto educacional.

A gestão democrática, entendida como espaço de construção coletiva e deliberação, deve ser assumida como dinâmica que favorece a melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento das políticas educacionais, como políticas de Estado, articuladas com as diretrizes nacionais em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. A gestão democrática da educação deve ser capaz de envolver os sistemas e as instituições educativas, bem como as instâncias e mecanismos de participação coletiva na construção de uma proposta consolidada nos princípios da educação cidadã que possibilite a efetivação de ações transformadoras no âmbito da escola.

A gestão democrática da educação não se constitui em um fim em si mesma, mas em importante princípio que contribui para o aprendizado e o efetivo exercício da participação coletiva nas questões atinentes à organização e à gestão da educação nacional. (BRASIL, 2014, p. 59)

Na perspectiva da formação cidadã e humana, o Grupo Marista, por meio da Rede Marista de Solidariedade, tem assumido enquanto missão institucional atuar na formação integral de crianças e jovens, valorizando pessoas e criando vínculos no protagonismo social, na participação da família, da comunidade e na promoção da cidadania. Para tanto, vem estimulando a participação efetiva de todos esses sujeitos que incidem ativamente no dia a dia da escola nos processos de decisão que envolve o fazer coletivo e que está sempre em processo.

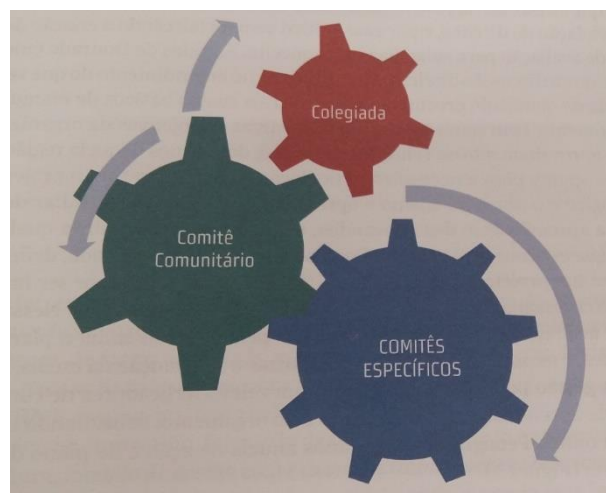
Inspirados na missão e no desejo de desenhar uma proposta que valorize os sujeitos, tendo o educando no centro dos processos pedagógicos, o Centro Social Marista Ecológica - CSM, em 2011 assume o desafio enquanto projeto piloto da Rede Marista de Solidariedade – RMS de repensar a escola com base nos princípios da participação. Assim é dado início a um movimento pedagógico e de gestão de abertura dos processos para uma articulação coletiva, dando espaços para experiências de escuta em várias instâncias e a consolidação de espaço/tempos de debates, como: assembleias e comitês de responsáveis. A experiência com espaços de escuta aos poucos foi dando condições para a ampliação do conceito de participação na escola surgindo novos projetos e sendo incorporado enquanto prática pedagógica na rotina escolar.

Vale frisar que o CSM Ecológica é uma unidade social que desenvolve seu atendimento na Educação Básica, na oferta do Fundamental II, com uma proposta de Educação Integral em Tempo Integral, atendendo 300 crianças e adolescentes na faixa etária de 11 a 17 anos.

Figura 1 - Representação do modelo de governança da RMS instituído em 2014

Fonte: Rede
Direito à Aprendizagem
2015.

Provocados
participativos das
2014 a Rede Marista
RMS consolida um
que estabelece
processo de gestão



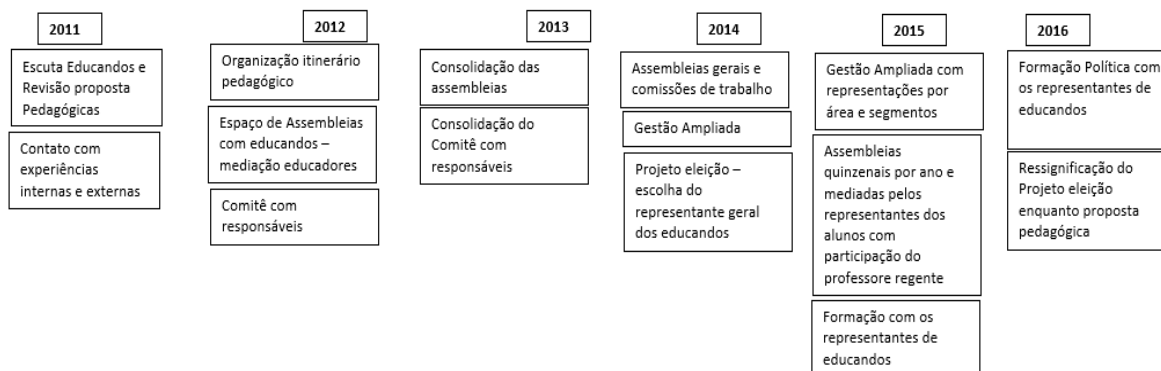
Marista de Solidariedade,
e Gestão Democrática,

pelos movimentos
escolas maristas, em
de Solidariedade –
modelo de governança
institucionalmente um
democrática e

participativa, garantindo assim a participação dos sujeitos da escola em um movimento de

coletividade com foco no bem comum.

Figura 2 - Dados referente aos processos pedagógicos do Centro Social Marista Ecológica



Fonte: Memória dos processos do Centro Social Marista Ecológica, 2016.

Partindo deste contexto, a Escola Ecológica Marcelino Champagnat traz no seu itinerário pedagógico práticas que fortalecem a efetivação de uma gestão democrática participativa. Para demonstrar esse desejo, visitamos pensamentos das políticas contemporâneas. Utilizamos como teoria a obra do cientista político Robert Dahl, “Poliarquia”, e o conceito de Representação Política do filósofo político Norberto Bobbio, onde existe um debate sobre a democracia representativa e os caminhos para sua implementação envolvendo a relação entre contestação pública e o direito de participação dos processos eleitorais e das decisões públicas.

Com a necessidade de buscar estabelecer um processo de participação cidadã e atender a uma vontade de representatividade solicitada pelos educandos, as educadoras de Educação, juntamente com a equipe pedagógica e os educadores de História, desenvolveram uma proposta de eleição escolar, e posteriormente organizaram um Conselho de Representantes de Turma (CRT), sendo esse um momento de debate e participação efetiva na gestão escolar e de aprendizado prático da política.

Neste sentido, o CRT teve como objetivo principal uma formação política dos educandos, de uma forma prática, indo além dos estudos teóricos, mas não os deixando de lado, pois estes consubstanciaram a construção das orientações e introduções aos conceitos políticos.

Como resultados, evidenciamos ganhos reais na participação e da compreensão dos processos relacionados à gestão escolar e como esses mecanismos refletem uma realidade

política. Além disso, possibilitou o desenvolvimento de um amplo e organizado projeto de política na escola.

Conceitos de Poliarquia e de Representação Política

Para avaliar o processo de busca por uma maior participação da comunidade escolar em suas decisões, utilizamos duas teorias políticas de análise: a representação política e a poliarquia.

A forma mais corrente de se entender a prática da representação política é a formação de assembleias parlamentares eleitas por períodos determinados, na busca de agir, pensar e estar presente em debates onde não é possível a presença de todos os indivíduos de determinado espaço organizado. Assim a representação política pode ser observada como contrária a políticas totalitárias ou absolutistas, mas também não seria a democracia direta, de contato de todos os indivíduos. Mas apenas isso não define a representação política, podemos e devemos observar esse conceito mais profundamente.

A ideia que buscamos utilizar para esse caso em específico é partir da representação política dentro de uma relação de confiança, onde o representante deve deixar de lado seus interesses individuais para dar ênfase à opinião dos seus representados, em um contato amplo com sua base de apoio. O representante possui autonomia de interpretação a partir da opinião e participação dos seus representados, mas também deve analisar o todo em que está envolvido.

A representação política necessita de uma estrutura, uma institucionalidade para ela realmente estar presente de forma significativa. As características necessárias para esse processo político são: a garantia e a supervisão por outras instituições legitimadas, o desenvolvimento de um processo eleitoral e a responsabilidade com a gestão pública. Assim, “A representação política poderia ser definida como um sistema institucionalizado de responsabilidade política, realizada através da designação eleitoral livre de certos organismos políticos fundamentais (o mais das vezes, os parlamentos)” (BOBBIO, 2009, p. 1105).

Além da representação política, dentro das teorias políticas contemporâneas existe o Pluralismo Elitista, que tem como concepção de Estado um espaço de disputa que pode ser ocupado e influenciado por minorias organizadas, com o objetivo de alcançar seus interesses e vê-los se manifestarem em políticas públicas.

Segundo Dahl (2012), a ideia de democracia estaria muito relacionada a um desejo de um Estado responsivo, que sempre poderia dar respostas rápidas e corretas sobre os questionamentos dos seus cidadãos, algo um pouco distante da nossa organização política atual,

por isso para observarmos a construção da democracia real em sociedades industriais modernas, deveríamos pensar no termo da “Poliarquia”, isto é, o governo seria uma manifestação de minorias organizadas. Várias minorias organizadas formariam uma poliarquia. Além disso, democracia e poliarquia estão diretamente envolvidas na relação entre governo e oposição, e como é possível responder os interesses dos seus cidadãos.

Assim não existe um poder direto do povo na democracia, mas a participação de vários grupos que governam a partir de seus interesses ou preferências, e com o conflito de preferências são tomadas as decisões políticas. Com isso é importantíssimo a pluralidade de grupos que teriam a capacidade de participação nas decisões.

A poliarquia seria essa relação política entre “participação” e “competição” política. Por participação se entende a busca pela maior inclusão da população na escolha dos seus representantes e de uma compreensão dos processos burocráticos da política. No caso da competição seria a liberdade de oposição e de envolvimento nos processos políticos, independentemente de posição socioeconômico. A obra “Poliarquia” foi construída para analisar Estados Nacionais industrializados, mas o próprio autor incentiva o seu uso em outras instituições “[...] parte da análise seguramente poderia ser aplicada a níveis subordinados de organização social e política como municípios, províncias, sindicatos, empresas, igrejas e coisas assim[...]” (DAHL, 2012, p. 34.). O que buscamos é observar a escola por este ponto de análise.

Para determinar e analisar uma organização social, devemos refletir sobre as oportunidades de desenvolver vontades e preferências, tornar público essas vontades e ter essas vontades levadas em consideração em um debate de gestão ou direção. Alguns fatores são de extrema importância para a Poliarquia: 1) Liberdade de formar e aderir a organizações. Todos devem ter a possibilidade de livre organização partidária; 2) Liberdade de expressão. Todos devem ter a possibilidade de se manifestar; 3) Direito de voto. Todos devem ter a possibilidade de escolha de representantes; 4) Direito de líderes políticos disputarem apoio, a busca por indivíduos que manifeste ideologia parecida com a sua; 5) Fontes alternativas de informação. Deve existir várias formas de conseguir e buscar informações; 6) Elegibilidade para cargos políticos. Todos devem ter o direito e as condições para se tornar representante; 7) Eleições livres e idôneas. O processo de escolha de representantes deve ser imparcial e igualitário para todos; 8) Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. O processo de representação deve ser incentivado e defendido dentro dos mecanismos de gestão.

A organização seria o principal recurso político, pressuposto da política representativa, formulando preferências para a agenda pública, isto é, o processo de organização daquilo será discutido em detrimento de outros assuntos, sendo um processo de seleção de preferências, e as formas de expressar as preferências seriam as políticas públicas.

Conselho de Representantes de Turma (CRT): Contexto e Métodos

Primeiramente, os educadores de História e Matemática trabalharam com todas as turmas o conceito de política e a importância da participação política como processo para a formação cidadã. Cada turma escolheu seus candidatos para representante geral da unidade, onde deveriam organizar uma proposta de governo, em que buscou contemplar os interesses e as demandas dos educandos.

Neste momento iniciou-se um processo eleitoral semelhante ao processo brasileiro, ou seja, com campanhas, criação de jingles, debate para apresentação das propostas, avaliação dos candidatos, realização de pesquisas de intenções de votos e pôr fim a realização da eleição. Também cada turma deveria pensar e analisar sobre um educando(a) para ser seu representante de turma.

A partir dessa organização ocorreram duas eleições: a primeira para escolha de um representante geral dos educandos; e a segunda, onde cada turma escolhe seu representante de turma.

Este representante geral teria por responsabilidade representar os educandos, bem como suas demandas junto à gestão ampliada, um encontro deliberativo do colegiado da instituição, formado por representantes de cada um dos seguimentos da instituição, para buscar soluções de convivência e organização da rotina escolar. Além disso, o educando (a) poderia representar a unidade escolar fora do estabelecimento, o que aconteceu, por exemplo, quando houve a apresentação, junto a Diretoria Executiva de Assistência Social, do Plano de Ação 2015/16, reunião para determinar as atividades da unidade dentro da rede Marista de Solidariedade para o ano letivo seguinte.

Outra função do representante geral dos educandos seria coordenar o CRT (Conselho de Representantes de Turma), uma assembleia formada pelos representantes de turma. Por assembleia entendemos um grupo representativo de uma coletividade, como um parlamento, com poder de deliberação e organização de demandas trazidas pelos representantes de turma.

No caso do educando representante de turma, este deve realizar diálogos e consultas com sua turma sobre situações da unidade escolar ou da sua própria sala de aula, não só

apontando os problemas, mas buscando debater possíveis soluções. Outra das suas funções é a participação no CRT (Conselho de Representantes de Turma).

Como suporte para a gestão ampliada, os educandos responsáveis por cada turma realizavam mensalmente assembleias ordinárias com o auxílio de um educador regente, e também podem ocorrer encontros extraordinários com as turmas, em caso de necessidades observadas pelo representante, educandos ou educadores.

Nestas assembleias, os representantes da turma assumem a função de secretaria bem como de auxílio na mediação da discussão, juntamente com o educador regente de turma. A pauta da reunião é montada a partir das problemáticas levantadas pelos educandos. Em seguida os educandos apresentam os problemas que podem ser próprios da sua turma. O momento posterior é a tomada de decisões, onde cada educando tem direito a voto. O que for escolhido pela maioria, passa para a busca de resolução. Algumas demandas são resolvidas em sala, outras que podem ser relacionadas à organização escolar, são levadas como pauta para o CRT.

Com isso, antes de ocorrer a gestão ampliada, os educandos representantes de turma se reúnem para organizar os temas mais importantes levantados pelas turmas para possibilitar uma maior agilidade na gestão ampliada. Essa reunião, chamada de Conselho de Representantes de Turma (CRT), acabou por facilitar a compreensão do processo político a qual os educandos estão envolvidos. Vale ressaltar que além de levar as demandas para a gestão ampliada, buscase também algumas propostas de solução previamente organizadas e planejadas, que em debate coletivo na gestão ampliada, são deliberadas.

A reunião do CRT ocorre uma vez por mês, uma semana antes da Gestão Ampliada. As reuniões são dirigidas pelo educando representante geral (que no momento desse artigo, ainda na gestão 2015, a representante geral da unidade era uma menina do oitavo ano), e orientadas por educadores. Assim, de forma organizada, cada representante de turma expõe suas ideias e sugestões, cada um tendo seu momento de fala, de debate e de sugestão. Depois é feito uma votação, sendo que o peso do voto é um para um, em caso de empate é função do representante geral decidir, com isso todos os presentes têm direito a participar para escolher o que deve ser levado para a Gestão Ampliada.

O Conselho de Representantes de Turma (CRT) a partir dos conceitos de Representação Política e de Poliarquia Realizado essa breve conceituação de Poliarquia e de Representação Política, além de uma descrição simplista dos métodos relacionados ao CRT, como essa organização política dentro de uma unidade escolar pode ser relacionada com uma

teoria da política moderna de Representação Política? Ou como o CRT pode nos aproximar de uma Poliarquia?

Levando em consideração as características da Representação Política, de garantia e supervisão por outros departamentos institucionalizados, de eleições confiáveis e da responsabilidade com a gestão pública, o CRT está vinculado à gestão ampliada, a ação dos educadores representantes e da ação dos próprios educandos representados que possuem a capacidade de legitimar e de orientar os participantes do conselho; o processo eleitoral é feito buscando a imparcialidade, a livre competição e a confiabilidade de que seu resultado realmente reflete a opinião dos eleitores. Mas, talvez, o foco principal do projeto de formação de representantes de turma é a responsabilidade e o respeito que devemos ter com o interesse e a opinião pública.

A forma como entendemos a representação política é baseada na confiança entre o representante de turma, eleito em um processo eleitoral pelos componentes da sua própria turma. Essa proximidade entre representante e representado facilita a cobrança e o envolvimento de um com o outro, proximidade exercida nas reuniões mensais de turma.

Além disso, buscamos salientar para os participantes do CRT as noções de coletividade e de justiça com relação ao bem comum, em detrimento de ideologias egoístas ou dos simples desejos individuais.

Também podemos levar em consideração as características da poliarquia e se estas estariam contempladas na prática do CRT.

Sobre a possibilidade de desenvolver vontades e preferências, o CRT possibilita dois momentos em sua prática, o debate do representante com a sua turma pelo menos uma vez por mês, o que aproxima o representante de turma dos seus representados, possibilitando ouvir suas preferências e a probabilidade dessas preferências serem debatidas pela gestão da unidade crescem com o fortalecimento do debate durante o CRT. Também a unidade tem como características dentro das aulas de Edu-comunicação, História, Pastoral e outras disciplinas, momentos de escuta qualificada e de debate com os educandos.

No caso de exprimir suas preferências, os representantes têm momentos de fala, escuta e de debate garantidos igualmente durante as reuniões do CRT, expondo os desejos retirados da sua base representativa (sua turma). Também todos são livres para uniões e coligações políticas entre os representantes de turma, podendo votar de forma aliada em uma demanda e refazendo uniões para votações futuras.

Agora, sobre as preferências sempre igualmente consideradas pelo governo (no nosso caso a gestão da unidade), o Conselho de Representante de Turma seria a instituição que permite que as demandas dos educandos cheguem até a gestão com uma legitimidade de debate e de desejo de uma maioria da unidade. O educando representante geral tem como uma das suas atribuições a coordenação do CRT e quem leva para gestão a agenda pública. O processo eleitoral de escolha de representantes também demonstra a legitimidade de cada educando escolhido.

Considerações Finais e resultados alcançados

Este trabalho demonstrou que cada vez mais a trajetória adotada pela nossa unidade, no que tange a valorização da participação dos educandos e de uma gestão democrática, é o caminho a ser trilhado e avançado pelo sistema educacional não só da nossa unidade escolar, mas talvez do país. O processo de participação deve ser valorizado como meio para a construção de uma sociedade equânime e solidária, onde os sujeitos sabem o real significado de ser um cidadão.

Claro que os conceitos teóricos aqui utilizados da Representação Política e da Poliarquia podem e devem ser questionados, não sendo a única forma de compreensão e de ensinamento político. Devemos também salientar a ideia de políticas solidárias e soberania popular desenvolvidas por outros projetos da unidade.

Mas a nossa prática conseguiu demonstrar aos educandos o processo político, em que pode ser destacado, como exemplo, a compreensão da construção de uma agenda pública, ou seja, a organização daquilo que será discutido em detrimento de outros temas, sendo um processo de seleção de preferências. Elencamos também que essa decisão política ou seleção de preferência, é uma relação de poder, sendo que poder aqui citado é a probabilidade de impor sua vontade política. A relação entre agenda pública e vontade política é o que permite o processo de implementação das decisões. O passo seguinte é a forma como essa decisão se determina como regulamentação legal.

Todo esse processo está relacionado com o Conselho de Representantes de Turma. Para demonstrar usarei dois exemplos reais. Um representante de turma trouxe para o CRT uma demanda da sua turma: a utilização livre do campo de esportes da unidade, pois este ficava fechado quando não havia supervisão (vontade política). Ao defender essa ideia, conseguiu o apoio da maioria dos representantes de turma (impor a sua vontade política) e levou o debate para a Gestão Ampliada (agenda pública). Na reunião da gestão ampliada se decidiu que o

portão para o campo ficaria aberto e que futuramente a cerca que o separa do resto da unidade seria transferida de local (regulamentação legal). Outro exemplo foi quando outro representante trouxe do debate com sua turma o desejo de um espaço maior de intervalo (vontade política), porém sua ideia foi desconsiderada como importante para a gestão ampliada por outros representantes de turma durante o CRT, isto é, ele não conseguiu impor sua vontade política como legítima.

Outro resultado do CRT (Conselho de Representantes de Turma) foi o estabelecimento de um Projeto de Política na Escola, mais estruturado e unificado, interligando vários projetos já existentes na unidade como eleições para representação geral e de turma, debates políticos em assembleia, comissões ligadas ao movimento de Pastoral da Juventude Marista e o próprio CRT.

Mas, o ponto de maior relevância, é a forma como o CRT, e outros processos de debate político na unidade possibilitaram uma legitimidade das ações dos educandos em direção a uma participação real nas decisões da escola. Existe um símbolo cultural de que assuntos deliberados na Gestão da Unidade já foram amplamente debatidos pelos educandos, pois o CRT tem verdadeiramente poder de decisão.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Volume I. Brasília: Editora UnB. 2009, p. 60-61.

BRASIL, Ministério da Educação. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014b. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 5 de agosto de 2015.

DAHL, Robert A. Poliarquia: **Participação e Oposição**. Editora da Universidade de São Paulo – EdUsp. São Paulo. 2012.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Volume II. Brasília: Editora UnB. 2009, p. 1101-1106.